



As UPPs e os meios de comunicação no Rio de Janeiro: um estudo sobre a criminalização da pobreza na sociedade carioca¹

Pedro Barreto PEREIRA²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo: As favelas do Rio de Janeiro, desde o seu surgimento, são retratadas como locais de ilegalidade e crime pelos veículos de comunicação cariocas. Tal representação legitima a adoção de políticas de segurança pública que, além de ratificar o conceito que vincula pobreza e criminalidade, não percebem os moradores das referidas comunidades como cidadãos plenos de direitos. Uma dessas medidas é a criação das chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), por parte da Secretaria de Segurança do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: meios de comunicação; favela; criminalidade; violência.

Introdução

É vasto o noticiário policial nos periódicos, telejornais, emissoras de rádio e demais veículos de comunicação produzidos e veiculados na cidade do Rio de Janeiro. Com pouco mais de seis milhões de habitantes, segundo estatísticas do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2007³, a capital fluminense é conhecida, mundo a fora, pela sua bela geografia e pelos casos de violência. Casos esses, vinculados constantemente à população moradora das favelas da cidade onde, de acordo com dados do Instituto Pereira Passos (IPP), divulgados em julho de 2007⁴, vivem cerca de 20% da população carioca⁵.

Desde o final do século XIX, quando surgiram as primeiras favelas da cidade, a que se tem registro, os veículos da imprensa carioca passaram a retratar o cotidiano dessas comunidades como locais onde abundam a pobreza, a doença, a ilegalidade e o crime, fatores que representam risco para os moradores das classes média e alta da cidade. Em consequência, os moradores das favelas são constantemente retratados como potencialmente perigosos, justamente por sua suposta condição de alteridade em relação

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Culturas Urbanas do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ, Linha de Pesquisa Mídias e Mediações Socioculturais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³ Disponível em http://oglobo.globo.com/pais/arquivos/contagem_ibge.pdf

⁴ Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/07/18/cidade-do-rio-ja-tem-mais-de-mil-favelas-756879298.asp>

⁵ De acordo com dados do IBGE, disponíveis em <http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=5&infoid=26>



ao morador do “asfalto”, este sim, cidadão, com plenos direitos garantidos pelas instituições de Estado.

Tal representação produz efeitos reais, perceptíveis nas políticas públicas em todas as instâncias governamentais. Ao contrário de buscar soluções para as precárias condições de moradia, os poderes instituídos reforçam o estereótipo do favelado como “insalubre”, “ilegal” e “criminoso”, numa constante retroalimentação do preconceito, que torna-se um axioma, um mito praticamente inquestionável em nossa sociedade nos dias atuais. O resultado é o recrudescimento da repressão a essas comunidades através de medidas truculentas de segurança pública, em que milhares de jovens são assassinados por ano e seus óbitos justificados como “autos de resistência” - eufemismo para uma política de Estado de confronto e intimidação das classes menos favorecidas - que, segundo dados do próprio Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, vitimaram, em 2007, 1.330 pessoas.

A partir de novembro de 2008, a atual gestão do governo do Estado do Rio de Janeiro criou o que passou a chamar de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), postos de policiamento avançado em determinadas favelas da cidade. Inicialmente instaladas na zona sul da cidade (onde o valor de mercado dos imóveis e o Imposto Predial Territorial Urbano, recolhido pela Prefeitura é mais elevado), em comunidades como o Morro Santa Marta, Morro da Babilônia e Pavão-Pavãozinho, com a realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, nos próximos seis anos, a Secretaria de Segurança Pública anunciou a implantação de novas UPPs na zona oeste, onde serão, sobremaneira, construídas as instalações desportivas e por onde deverão circular os turistas e delegações de atletas estrangeiros. A medida foi imediatamente louvada e divulgada com exaltação pelos veículos de comunicação da cidade, em especial o jornal *O Globo*, que, através de editoriais, reportagens e cartas dos leitores, demonstra o apoio da empresa jornalística e de seu público leitor à iniciativa.

Ao priorizar a instalação nas favelas de agentes armados do Estado, a partir do aparato policial, o poder público legitima a representação do morador das referidas comunidades associada à criminalidade, desconsiderando ou, pelo menos, minimizando a carência de todas as demais políticas públicas naquela localidade, tais como saúde, educação, saneamento básico, cultura, lazer, esportes, transporte de qualidade, entre outros. Obviamente considerando o direito do morador das favelas à segurança pública, o que se pode perceber é que tanto a referida política de Estado, quanto o enfoque dado pelos veículos da imprensa carioca atuam sob a perspectiva do morador das classes



média e alta e raramente o fazem a partir da ótica do morador da favela, aquele que mais sofre com a violência praticada tanto por traficantes quanto pelos policiais que atuam nas referidas comunidades.

Criminalização da pobreza

Histórico das remoções das favelas

A imagem do morador da favela, do emigrante como ingênuo, inculto, insalubre e marginal não é recente. No contexto da Europa da Idade Média, Marx e Engels analisavam a transição do campo para a cidade como “a passagem da barbárie à civilização, da organização tribal ao Estado, do provincialismo à nação” (MARX & ENGELS, 2007, p.29). No Brasil da modernidade e, mais especificamente, no Rio de Janeiro, por volta de fins do século XIX, com o crescimento urbano na então capital da República, as autoridades então estabelecidas pretendiam dar à cidade um ar de *Belle Époque*, nos moldes parisienses. No mesmo local onde começavam a surgir as *modern girls*, de João do Rio⁶, não poderiam coabitar “desordeiros”, “vagabundos” e “criminosos” que, não raro, eram notícia nos periódicos da época. É o que comprova a carta de 4 de novembro de 1900, em que o delegado da 10ª circunscrição clama ao chefe de polícia, dr. Enéas Galvão, que retire à força a população que recém habitara uma localidade no Centro do Rio.

Obedecendo ao pedido de informações que V. Excia., em ofício sob nº 7.071, ontem me dirigiu relativamente a um local que o Jornal do Brasil diz estar o morro da Providência infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias no local designado, é ali impossível ser feito o policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do Exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco, e não existe em todo o morro um só bico de gás, de modo que, para a completa extinção dos malfeitores apontados se torna necessário um grande cerco, que para produzir resultado, precisa pelo menos de um auxílio de 80 praças completamente armados (ZALUAR & ALVITO, 2003, p.8).

Grandes intervenções urbanas estavam sendo realizadas na região central da cidade, comandadas pelo então prefeito Barata Ribeiro. Em 1893, o túnel que passaria por debaixo do Morro do Livramento seria construído para que pudessem trafegar os

⁶ João do Rio. *Modern girls*. In Santos, J.F. *As cem melhores crônicas brasileiras*. Ed. Objetiva: Rio de Janeiro, 2007.



bonds elétricos ingleses, que ligariam a zona portuária à zona sul. Muitas famílias perderiam suas casas, como aquelas que habitavam o Cortiço Cabeça de Porco, próximo àquela região. De acordo com *O Jornal do Brasil* e *O País*, cerca de 2 mil pessoas foram despejadas de suas moradias⁷.

Obviamente, tais reformas urbanísticas requeriam altos investimentos. Os empreiteiros Carlos Sampaio e Vieira Souto (que, curiosamente, deu nome a uma das avenidas de maior valor especulativo da cidade), assistiram pessoalmente à demolição. Os proprietários da Empresa Brasil Melhoramentos eram beneficiários de um contrato assinado, dois anos antes, junto ao Conselho de Intendência Municipal (análogo à atual Câmara de Vereadores) para “prolongar a Rua Cajueiros, a Rua Dr. João Ricardo e ainda abrir um túnel no Morro do Livramento. É desnecessário dizer que a realização da obra dependia da destruição completa do Cabeça de Porco” (CHALHOUB, 1996, p.54-55). A imprensa já conferia seu aval a tais iniciativas. Muitas vezes, com senso de humor duvidoso.

Nos dias que se seguiram, o prefeito da Capital Federal foi calorosamente aclamado pela imprensa – ao varrer do mapa aquela sujeira, ele havia prestado à cidade “serviços inolvidáveis”. (...) Na *Revista Ilustrada*, o evento foi saudado com um humor asqueroso: o leitor foi servido de um prato com uma enorme cabeça de porco, de olhos entreabertos e fisionomia lacrimante, e sobre a qual se achava uma barata devidamente cascuda e repugnante (ibidem, p.17-18).

Os moradores desalojados foram abrigar-se no morro mais próximo, onde já havia alguns casebres, segundo relatos da época, cujos lotes pertenciam a uma das proprietárias da extinta estalagem. Em 1897, foi justamente ali onde foram se instalar os soldados egressos da campanha de Canudos, que, mais tarde batizariam a localidade de Morro da Favela, devido à semelhança geográfica com a área onde haviam combatido anos antes, no sertão baiano. Hoje, a favela é conhecida como Morro da Providência.

Barata Ribeiro, “mandou facultar à gente pobre que habitava aquele recinto a retirada das madeiras que podiam ser aproveitadas em outras construções. (...) Nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio já entrava no século das favelas” (Ibidem, p.17).

As intervenções urbanas prosseguiram nas décadas seguintes e a necessidade de mão-de-obra para a construção civil atraiu migrantes que, devido ao exíguo soldo

⁷ Os jornais da época divergem do número exato de habitantes do cortiço Cabeça de Porco. Segundo a *Gazeta de Notícias*, o total de moradores era perto de 400. De acordo com o *Jornal do Brasil* e *O País*, cerca de 2 mil, in Chalhoub, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte Corte Imperial* / Sidney Chalhoub – São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 15.



mensal e a precariedade da malha viária, foram residir próximo às construções. Assim, as favelas cariocas foram crescendo ao longo das primeiras décadas do século XX. Nos anos 1940, no entanto, por meio do então jornalista Carlos Lacerda, teve início, por meio dos periódicos, a “Batalha das Favelas”. Através de artigos e reportagens nos jornais, as favelas eram descritas como “núcleos de desagregação social”⁸ e locais onde “malandros levantam barracos da noite para o dia, prejudicando a vida dos trabalhadores”⁹.

O mesmo Lacerda, quando governador do Estado da Guanabara, deu início à política de remoções que perdurou durante as duas gestões seguintes e transferiu um contingente estimado de 100 mil pessoas para localidade longínquas do centro comercial da cidade, como Vila Kennedy, Vila Aliança, Vila Esperança e Cidade de Deus, áreas de notável desproporção entre seus nomes eufemísticos e a realidade. A falta de itens básicos como água, luz, saneamento e a dificuldade em pagar os aluguéis cobrados fez com que muitos moradores optassem por voltar às favelas. À época, o líder católico Gustavo Corção era um dos defensores das remoções, alegando o risco de desabamento a que os moradores estavam submetidos. Em sua missiva, Corção deixava transparecer como as elites e o poder vigente percebiam os favelados.

A notícia mais alvissareira da semana foi a iniciativa tomada pelos moradores das vilas Kennedy, Aliança e Esperança (...). Consiste na iniciativa de um movimento junto a favelados do Pavão, Pavãozinho e Rocinha para convencê-los de que é muito melhor morar em casas bem feitas, embora em locais um pouco mais distantes. Essa iniciativa tem uma significação que transcende o episódio da calamidade da semana, porque justamente o que a dita calamidade veio revelar foi a pobreza cultural, a falta de civilização, o pouco gosto da gente favelada por uma situação que estará nas mãos deles melhorar¹⁰.

Moradores das favelas localizadas em bairros considerados “nobres” da cidade foram os mais atingidos com as remoções. Foram extintas as favelas do Largo da Memória, Catacumba, Piraquê, Praia do Pinto, entre outras. Nesta última, em episódio dramático, cerca de 40 mil pessoas perderam suas casas em um incêndio, até hoje não esclarecido. Dias antes, a então deputada Sandra Cavalcanti esteve pessoalmente na favela para tentar, sem êxito, convencer os moradores a deixar suas casas¹¹. Hoje, no

⁸ Jornal Vanguarda, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1947.

⁹ Idem.

¹⁰ Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1966.

¹¹ Disponível em

<http://www.favelatememoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?text=praia+do+pinto&search%5Fby%5Fheadline=false&search%5Ftext%5Foptions=all&inoid=84&search%5Fby%5Fauthorname=all&search%5Fby%5Ffie>



lugar da extinta comunidade, foram erguidos edifícios de apartamentos onde cada unidade dificilmente é vendida por valor inferior a um milhão de reais. O entorno da Lagoa é atualmente um dos lugares da cidade de mais alto valor comercial. Valorização esta, louvada pelos periódicos.

Remoções salvaram a paisagem da Lagoa

No lugar de encostas reflorestadas e da paisagem que hoje é um dos cartões postais do Rio, o entorno da Lagoa poderia estar tomado por um mar de barracos. Projeções indicam que, se não tivessem sido removidas, as favelas da Praia do Pinto, Catacumba, Vila Hípica e Ilha das Dragas teriam nada menos do que 96.904 moradores. Mas se o ritmo de crescimento seguisse o da Rocinha, as comunidades abrigariam hoje 172.619 pessoas. (..) O arquiteto e historiador Nireu Cavalcanti explica que as favelas no entorno da Lagoa surgiram em uma época em que a região não despertava tanto interesse da construção civil e da classe média quanto Copacabana e Leblon¹².

Dados da violência

A partir dos anos 1980, com o incremento do consumo de cocaína, predominantemente, por moradores da zona sul da cidade, as ações do Estado referentes à Segurança Pública, bem como os processos que tramitam na Justiça, se concentram, amiúde, no combate ao comércio varejista de drogas ilícitas nas favelas do Rio. Zaluar cita pesquisa realizada em 1991, no Rio de Janeiro que indica “um aumento espetacular do número de processos por uso de drogas ilegais, que dobra entre 1981 e 1986 (de 573 para 1099)” (ZALUAR, 1998, p.310). O mesmo estudo demonstrou que o número de condenações de negros e pardos pelo crime de tráfico (60%) também foi superior se comparado ao de brancos, no mesmo artigo 16. Enquanto que os brancos condenados por uso (artigo 12) representaram 65% do total, quase o dobro dos negros (35%) (Ibidem, p.316).

No Rio de Janeiro, as idéias preconcebidas a respeito das favelas e o estigma de que nelas estariam instalados os pontos de venda de drogas ilegais na cidade tornam a defesa de réus flagrados com drogas ilegais, mesmo que em ínfimas quantidades, e processados no artigo 12, bem mais árdua (...). Nas palavras de um magistrado do Rio de Janeiro: “primeiro procuro saber onde mora o acusado e o que ele faz” (Ibidem, p.314-315).

[Id=tax&query=simple&search%5Fby%5Fpriority=all&search%5Fby%5Fsection=all&from%5Finfo%5Findex=6&sid=4&search%5Fby%5Fkeywords=any&search%5Fby%5Fstate=all](#)

¹² Reportagem do jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 de abril de 2009.



Jovens moradores de favelas, seduzidos pela possibilidade de dinheiro “fácil” e rápido, atuam como mão-de-obra barata para os “produtores de cocaína refinada e grandes intermediários, especialmente traficantes do atacado e lavadores de dinheiro” (ibidem, p.259-260). São estes os maiores beneficiários dos lucros estratosféricos deste comércio, segundo relatório de 1997, da *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC).

Nos anos 90, a generalização de imagens da cidade como um ambiente violento e os sentimentos de medo e insegurança dela decorrentes passaram a fazer parte do cotidiano de seus moradores, mas atingiram particularmente os que vivem nas favelas e bairros pobres (ibidem, p.252).

De fato, as estatísticas comprovam que há uma relação intrínseca entre violência e favela... no que concerne às vítimas. Os “autos de resistência” (óbitos ocorridos em confrontos com a polícia), no ano de 2007, chegaram a 1.330, segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro¹³. Números alarmantes se comparados aos relativos ao mesmo período em São Paulo, cidade de 11 milhões de habitantes, e 401 mortes classificadas na mesma categoria. Em relatório preliminar, divulgado em junho de 2008, Phillip Alston, relator da Organização das Nações Unidas (ONU) para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, criticou o modelo de Segurança Pública adotado pelas autoridades estaduais fluminenses e citou a operação realizada policial no Complexo do Alemão, em junho de 2007, que resultou em 19 mortes, pela Polícia Militar, considerada “um modelo para ações futuras”. Alston assinalou que “os chefes do tráfico não foram presos, a apreensão de armas e drogas foi ínfima, nenhum policial foi assassinado e poucos foram feridos, o que não sustenta a justificativa de que a polícia teria encontrado ‘resistência’ por parte dos suspeitos e, por isso, 19 pessoas foram assassinadas”. De acordo com o relator, as mortes por “autos de resistência” no Rio, que representam 18% dos homicídios registrados na cidade, em 2007, são, de fato, “execuções extrajudiciais”, comprovadas pelas autópsias a que Alston teve acesso¹⁴.

O mito da marginalidade

¹³ Dados divulgados no estudo *Perdas e Danos – A política do confronto e a política de segurança pública no estado do Rio de Janeiro*, do Centro de Estudo de Segurança Pública e Cidadania (Cesec), da Universidade Cândido Mendes, disponíveis em http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/midia/Debate_Extra29_07_08.ppt

¹⁴ Disponível em <http://global.org.br/programas/politica-de-seguranca-publica-no-rio-de-janeiro-e-exterminio-reforca-relatorio-da-onu/>



Os conglomerados comunicacionais compõem, no mundo de hoje, uma rede com grande poder político e financeiro, com ramificações em todos os setores da economia capitalista mundial. As fusões e aquisições de companhias no mundo globalizado permitem que o mesmo grupo acionário controle, ao mesmo tempo, tanto veículos de comunicação impressa, eletrônica, radiofônica e digital, como empresas de telefonia, entretenimento e mantenham relações íntimas com governos e a indústria bélica.

(...) nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle (SANTOS, 2009, p.39).

O príncipe eletrônico (IANNI, 2003) é a expressão cunhada por Ianni para definir a forma como os meios de comunicação influenciam a cultura, política e economia nos dias atuais. Para o autor, as “técnicas sociais” representam a utilização das “tecnologias da mídia e suas articulações sistêmicas” inseridas nas atividades sociais, “nas formas de sociabilidade” que passam a “dinamizar intensificar, generalizar, modificar ou bloquear relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais ativas em todas as esferas da sociedade nacional e mundial” (Ibidem, p.156). Segundo Ianni, o *príncipe eletrônico* é a versão pós-moderna do *moderno príncipe* de Gramsci, que foi, por sua vez, a versão moderna do *príncipe* de Maquiavel (ibidem, 166), capaz de:

sintetizar a atividade, o descortino e as formulações de várias categorias de intelectuais – jornalistas e sociólogos, locutores e atores, escritores e animadores, âncoras e debatedores, técnicos e engenheiros, psicólogos e publicitários -, todos mobilizando tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas como técnicas sociais de alcance local, regional e mundial (ibidem, p.165).

Tal aparato midiático contribui sobremaneira para a perpetuação, cristalização e disseminação do conceito que associa a favela e seus moradores a práticas irregulares, ilegais e criminosas. Em reportagem publicada na década de 1970, no *Jornal do Brasil*, o bairro “ameaçado” é a Tijuca, reduto de famílias de classe média da zona norte da cidade. Além do crime, os moradores das comunidades carentes são retratados como



praticantes de atividades ilegais, que contrariam as leis estabelecidas pelo Estado institucional. O texto deixa clara também a preocupação com a desvalorização comercial e imobiliária do bairro. O direito dos favelados de residir em localidade próxima aos seus locais de trabalho e de fácil acesso a serviços de saúde, educação e lazer parece injustificável, perante a alternativa da remoção.

Morros dão à Tijuca o maior índice de crimes

Três morros – Borel, Salgueiro e Formiga – garantem à Tijuca, um dos bairros mais aristocráticos da cidade, movimentado centro comercial, o maior índice de criminalidade do Rio: assaltos e arrombamentos ocorrem à luz do dia e já começam a desvalorizar moradias e lojas situadas nas encostas dos morros. (...) Nenhum dos três morros admite ser removido, pois, na Tijuca, estão próximos do Centro da Cidade, de hospitais, escolas e cinemas. Junto dos barracos nascem as biroschas e seus proprietários fingem desconhecer a proibição de venda de bebidas alcoólicas. Com a expansão das favelas, aumentam os becos e vielas, locais preferidos dos marginais¹⁵.

O artigo *Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário do crime* (VAZ et al, 2005) evidencia que, embora o Rio de Janeiro não seja a única cidade do mundo a sofrer do “medo do crime”, a cidade apresenta-se em situação relevante pela sua “geografia social historicamente marcada pela proximidade espacial entre ricos e pobres” (ibidem, p.97). Ou seja, o medo do outro, que representa a possibilidade de que o crime ocorra aos cidadãos de classe média, potencializa-se pela curta distância entre as habitações do “morro” e do “asfalto”. Esta alteridade do morador das elites, representada pelo morador das favelas, é legitimada através dos meios de comunicação, que se prestam a disseminar, enraizar e cristalizar valores preestabelecidos e que passam a ser considerados inexoráveis, verdadeiros *mitos* da nossa sociedade.

O mito é uma fala roubada e restituída. Simplesmente, a fala que se restitui não é exatamente a mesma que foi roubada: trazida de volta, não foi colocada no seu lugar exato. É nesse breve roubo, esse momento furtivo de falsificação, que se constitui o aspecto transido da fala mítica (BARTHES, 1982, P.147).

O mito da marginalidade (PERLMAN, 1977) aborda o estereótipo associado aos moradores das favelas do Rio de Janeiro. No capítulo *A teoria geral da marginalidade e o tipo ideal*, Perlman define o senso comum associado a este conceito, segundo o qual, “um marginal, ou um elemento marginal significa um vagabundo indolente e perigoso, em geral ligado ao submundo do crime, da violência, das drogas e da prostituição”

¹⁵ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1973.



(ibidem, p.236). De acordo com a autora, na América Latina, as conotações pejorativas dos pobres afirmam-se na ideia da cidade como “fortaleza de cultura elevada, cidadela das elites, com uma grande homogeneidade de classes” (ibidem, p.124).

Perlman analisa diversos aspectos que nos levam a caracterizar as condições do “marginal” ao qual é atribuída a alteridade do cidadão morador da urbe, este sim, legítimo detentor de direitos. Entre eles, estão a localização na favela e suas características físico-urbanísticas, tais como construções de baixo padrão, alta densidade, falta de serviços municipais, ausência de condições higiênicas, colocação periférica em relação à área urbana e ocupação ilegal de terra; situação inferior na escala econômico-ocupacional, associando os favelados a desempregados, subempregados ou àqueles que participam precariamente do mercado de trabalho; migrantes ou recém-chegados ou membros de diferentes subculturas; minorias raciais e étnicas e transviados (ibidem, p.123).

Segundo Perlman, as diversas escolas de pensamento que levam ao conceito da marginalidade tiveram início “com uma conclusão predeterminada, usando a pesquisa empírica apenas para apoiar uma posição ideológica específica” (ibidem, p.130). Na prática, o senso comum estabelece que:

os atributos dos marginais são diametralmente opostos aos da classe média urbana moderna, quando, de fato, existe pouca evidência empírica de que todos os membros da classe média urbana moderna possuam tais atributos, ou de que outros grupos não o tenham (idem).

O caso das UPPs

Breve nota metodológica

Para analisar o caso da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro, este trabalho parte de uma análise qualitativa, apenas inicial, das notícias veiculadas no jornal *O Globo*, entre novembro de 2008 e agosto de 2009, nas editoriais “Rio” e “Carta dos Leitores”. Foram aferidos de que maneira a referida iniciativa da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro é representada no periódico, bem como a recepção dessas reportagens por parte do público consumidor do veículo. O artigo procura responder questões tais como: sob que pontos de vista



essas notícias são abordadas? A quem as intervenções policiais nas favelas do Rio parecem favorecer? Quem são os personagens apresentados nessas matérias? O morador da favela? Sob que perspectivas?

As UPPs nos jornais

Conforme mostram os supracitados números, é constante o confronto entre policiais e comerciantes de entorpecentes, assim como são freqüentes os óbitos de moradores de favelas vitimados por uma política de Estado que parece ser, cada vez mais, prioridade da atual administração estadual. Faz-se notar, principalmente, o uso da força pela incursão dos chamados “caveirões” e pela implantação das Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas cariocas. As conhecidas UPPs são a prova de que a solução encontrada pelo Governo Estadual para a precariedade de políticas públicas nas comunidades carentes do Rio passa necessariamente pela intervenção armada de agentes do Estado.

Cabral volta a defender o enfrentamento

O governador Sérgio Cabral Filho voltou a afirmar ontem que apóia a política de enfrentamento a traficantes armados e declarou que aqueles que criticam essa estratégia devem achar que ver bandidos armados circulando pelas comunidades “faz parte da paisagem carioca”. (...) O governador elogiou as ações das polícias Civil e Militar nas recentes operações na Cidade de Deus e no Pavão-Pavãozinho e disse que enviou e-mail ao comandante da PM, coronel Gilson Pitta, parabenizando-o. (...) “Alguns sociólogos de plantão sonham com uma solução da segurança pública sem dar um tiro. Eu também sonho, mas não é possível. A inteligência é um suporte estratégico essencial, mas tem que haver enfrentamento”¹⁶.

Impulsionados pela escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 e como provável cidade a abrigar a final da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, as esferas governamentais federal, estadual e municipal não têm medido esforços, não só, para “pacificar” as áreas nobres e mais “visíveis” da cidade, como para difundir estas medidas através da imprensa. Desta forma, os principais veículos de comunicação impressos, televisivos, digitais e radiofônicos cariocas frequentemente publicam/transmitem matérias em que as UPPs são apresentadas, sempre a partir da perspectiva dos moradores do “asfalto” - as classes alta e média da cidade - como: medidas que “limpam” as favelas dos traficantes, livram os moradores do barulho

¹⁶ O Globo, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2008.



causado pelos bailes *funk* e valorizam os imóveis no entorno das comunidades que passam pela intervenção, em sua maioria na zona sul da cidade, onde o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), arrecadado pela Prefeitura Municipal é mais elevado. Mesmo quando o personagem retratado é um morador da favela, a ótica analisada é a das elites, como o repúdio às manifestações culturais próprias dos moradores das referidas localidades.

Dona Marta livre dos bandidos

Depois de anos dominada pelo tráfico, o Morro Dona Marta, em Botafogo, estaria finalmente livre do poder dos bandidos. Eles teriam começado a fugir da favela depois do dia 20 de novembro, quando a área foi ocupada pela Polícia Militar. Hoje, 13 dias depois do início da tomada da área pelo poder público – representado por 50 homens do 2º BPM e do Batalhão de Choque – todas as “bocas de fumo” estão fechadas, segundo o secretário estadual de Segurança Pública, José Mariano Beltrame.¹⁷

Um golpe nas finanças do tráfico

PM acaba com bailes funk e venda ilegal de gás e TV a cabo na Cidade de Deus

Moradora há mais de 40 anos da Cidade de Deus, a aposentada Elizabeth David, 70 anos, abre um sorriso ao dizer que a favela está em paz: sem tráfico, sem tiroteios e livre do barulho dos bailes funk. Por lá, antes da ocupação da Polícia Militar, ocorrida há 41 dias, os bailes começavam na quinta-feira e só terminavam na madrugada de domingo. Segundo o comandante do 18º BPM (Jacarepaguá), tenente-coronel Luigi Gatto, a movimentação era um incentivo para a venda de drogas e bebidas alcoólicas a menores.¹⁸

Ação no Dona Marta aquece mercado imobiliário

Segundo corretores, com o fim do tráfico de drogas na favela, procura por imóveis em Botafogo cresceu 30%

Os ventos que sopram a favor dos moradores do Morro Dona Marta, em Botafogo, desde a sua ocupação pela polícia, há um mês, também embalam as vendas de imóveis de classe média no entorno da favela. Com o fim do tráfico de drogas, corretores da região avaliam que houve um aumento na procura de apartamentos no bairro de 25% a 30%. Segundo Nelson Freitas, diretor regional da Júlio Bogoricin Imóveis, um apartamento de três quartos e garagem na Rua da Matriz, em frente ao morro, que custava R\$ 300 mil, hoje é vendido por R\$ 420 mil. (...) “Espero que o governo faça a mesma coisa na Rocinha”, diz Nelson.¹⁹

Na seção “Cartas dos leitores”, de *O Globo*, é possível encontrar manifestações que evidenciam a alteridade do morador das favelas, retratadas como “santuários do crime”, em relação ao morador do “asfalto”, o real “contribuinte”. É notável, através da

¹⁷ *Dona Marta livre dos bandidos*. Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 2008. Disponível em http://oglobo.globo.com/rio/mat/2008/12/02/dona_marta_livre_dos_bandidos-586813967.asp

¹⁸ Araújo, V. *Um golpe nas finanças do tráfico*. O Globo. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2008, editoria Rio, p.8.

¹⁹ Idem. *Ação no Dona Marta aquece mercado imobiliário*. O Globo, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2008, editoria Rio, p. 17.



colocação pronominal e outros elementos léxico-gramaticais, como o leitor posiciona-se sempre em lugar de afastamento, de oposição em relação àquele de quem fala: o “outro”, o “insalubre”, o “criminoso” (ou “conivente” com o crime), o “ilegal”. Pode-se perceber a produção de sentido de como o cidadão da elite, morador de São Conrado, Copacabana, Ipanema e Leblon, sente-se usurpado por pagar regularmente seu aluguel, seu IPTU e demais impostos e, supostamente, sustentar a ilegalidade do favelado, que lhe retira a paz, a tranquilidade, imputando-lhe o medo de que possa lhe ocorrer uma violência de algum tipo. Entre as notícias publicadas em 1893 e em 2009 poucas são as diferenças no que se refere à representação do morador das favelas associado à criminalidade.

A operação da Polícia Civil realizada no Pavão-Pavãozinho, que levou à Zona Sul, mostra uma óbvia realidade: a conivência dos moradores da comunidade com o tráfico de drogas. Policiais acuados por uma turba enfurecida, numa clara inversão de valores, e a quantidade apreendida de armamento e drogas mostra que grande parte dos moradores dessas favelas se beneficia direta ou indiretamente dessas ações criminosas. Só com uma ocupação policial permanente e com ações duras é que o estado poderá retomar esses santuários do crime.²⁰

[...] que maior incentivo para a proliferação de favelas do que a perspectiva de que essas áreas invadidas serão eventualmente beneficiadas com dinheiro do contribuinte? Seria mais coerente usar os recursos na construção de bairros populares legalizados em áreas como a Av. Brasil e Centro ou mesmo na reforma e adaptação de edifícios abandonados.²¹

Estou próximo à comunidade da *Fallet*, onde todas as sextas e sábados não consigo dormir, pois os membros dessa “comunidade” fazem um tremendo barulho que só acaba depois das 5h da madrugada. (...) Aonde andam a polícia, as autoridades públicas etc. que não vêm aqui botar uma ordem nessa falta de respeito civil?²²

Acho a ideia de revitalizar moradias no Centro ótima. Assim, ficaríamos livres de um problema que destrói a vegetação dos morros, rouba nossa luz, nossa água, promove doenças pelo esgoto irregular, desvaloriza o patrimônio de quem trabalhou tanto para obtê-lo e gargalha da segurança pública, seja pelo tráfico, pelos bailes *funk* ou pelo divertimento de disparar fogos durante a madrugada²³.

A cultura que se desenvolve na favela é a da desvalorização da vida e dos laços afetivos representada pela gravidez irresponsável. Não é possível que adolescentes dos estratos sociais mais baixos tenham um filho por ano. O problema não é a droga, (...) mas o elemento humano que se forma nas favelas cariocas²⁴.

²⁰ ALMEIDA, Joel. Cartas dos Leitores. O Globo. Rio de Janeiro. 13 de novembro de 2008.

²¹ NICOLLA, Marcelo. Cartas dos Leitores. O Globo. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2008.

²² PEREIRA, Marcos. Cartas dos Leitores. O Globo. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2008.

²³ SARAIVA, Regina. Cartas dos Leitores. O Globo. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2008.

²⁴ BICHARA, Fabiano. Cartas dos Leitores. O Globo. Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 2009.



O muro de contenção ambiental nas favelas será inócuo na função que se destina. Para conter invasões, teria de ser mais alto e feito de material reforçado, usando concreto, ferro e cerca cortante. (...) ²⁵

Imprensadas entre a lagoa e a montanha, as comunidades existentes entre o Golf Clube do Itanhangá e o Rio das Pedras estão crescendo verticalmente. (...) O impacto na região é enorme: esgoto que não existe; serviços públicos precários; trânsito caótico e registros de violência que hoje são observados com maior frequência. Com isso, temos também a desvalorização dos imóveis que é inversamente proporcional ao valor do IPTU cobrado. ²⁶

Considerações finais

A associação do favelado à criminalidade, como podemos observar, não é recente. O estereótipo é constantemente reforçado pelas “técnicas sociais” dos meios de comunicação. Sua origem é o estigma do imigrante como alteridade do cidadão da polis grega, pleno de direitos. Desde a oposição entre campo e cidade, como a passagem da barbárie à civilização, no contexto da Idade Média, até os dias atuais do morador das favelas e periferias - comerciante varejista de drogas ilegais, mão-de-obra barata explorada pelos grandes intermediários deste mercado de lucros estratosféricos - como alteridade do morador de classe média – contribuinte e pagador dos impostos cobrados pelo Estado instituído e administrado por seus representantes de direito. Suas gradações são os imigrantes refugiados do pós-guerra de meados do século XX; nordestinos transportados nos paus-de-arara a caminho de centros econômicos pujantes; africanos, asiáticos ou latinos, em busca de condições dignas de vida em outros países, tentando sobreviver aos conflitos armados, à fome, sede, violência e ao desemprego, em pleno século XXI, num mundo globalizado onde o imperialismo ainda não deixou de existir e sustentar as relações que insistem em dividir o planeta entre exploradores e explorados, como bem observou Eduardo Galeano, no clássico *Veias abertas da América Latina*.

Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalçaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos, e a América Latina aperfeiçoou suas funções. Este já não é o reino das maravilhas, onde a realidade derrotava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus das conquistas, as jazidas de ouro e as montanhas de

²⁵ BRITO, Ivaldo. Cartas dos Leitores. O Globo. Rio de Janeiro, 23 de abril de 2009.

²⁶ MENDONÇA, Luciana. O Globo Online. Publicado em 12 de janeiro de 2009.



prata. Mas a região continua trabalhando como um serviçal. Continua existindo a serviço de necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que ganham, consumindo-os, muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os. (...) Agora, a América é, para o mundo, nada mais do que os Estados Unidos: nós habitamos, no máximo, numa sub-América, numa América de segunda classe, de nebulosa identificação (GALEANO, 1982, P.5).

Referências Bibliográficas

BARTHES, R. *Mitologias*. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1982.

Centro de Estudo de Segurança Pública e Cidadania (Cesec). *Perdas e Danos – A política do confronto e a política de segurança pública no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, julho de 2008.

CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte Corte Imperial / Sidney Chalhoub* – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Tradução Galeano de Freitas: Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

IANNI, O. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

MARX, K, ENGELS, F. *Ideologia alemã*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

PERLMAN, J. *O mito da marginalidade*. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1977.

SANTOS, J.F. *As cem melhores crônicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2007.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2009.

VAZ, P.; CAVALCANTI, M.; JULIÃO, L.; CARVALHO, C. S. *Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário do crime*. Revista Fronteira (UNISINOS), São Leopoldo, v. 7, n. 2, 2005.

ZALUAR, A. *Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil*. In: Schwarcz, L. M. (org.). *História da Vida Privada no Brasil – 4 – Contrastes da Intimidade Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ e ALVITO, M. (orgs). *Um século de favela – 3ª edição* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.